

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 27

n. 9-10

set./out. 2015

Artigos Doutrinários

11

Técnicas procedimentais do processo justo nos tribunais do Brasil, 11

Souza Prudente

Investidura em cargo público postergada judicialmente e o processo como fonte autônoma de danos – abordagem crítica da repercussão geral no Recurso Extraordinário 724.347, 13

Lúciano de Castro Lamego

Inovações Legislativas

21

Lei 13.166, de 1º/10/2015.

Lei 13.167, de 06/10/2015.

Lei 13.168, de 06/10/2015.

Lei 13.169, de 06/10/2015.

Medida Provisória 692, de 22/09/2015.

Medida Provisória 694, de 30/09/2015.

Decreto 8.535, de 1º/10/2015.

Decreto 8.536, de 02/10/2015.

Decreto 8.538, de 06/10/2015.

Decreto 8.539, de 08/10/2015.

Acórdãos — Inteiros Teores

23

Corte Especial – Arguição de inconstitucionalidade. Lei 9.665/1998, art. 1º, inciso I, 23

Numeração única: 0033261-97.2005.4.01.3400

Arguição de Inconstitucionalidade 2005.34.00.033668-2/DF

Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal João Batista Moreira

Corte Especial – Antecipação dos efeitos da tutela reintegrando a agravante na posse de imóvel. Agravo de instrumento julgado pelo colegiado. Perda superveniente do objeto da impetração, 30

Mandado de Segurança 0053418-91.2014.4.01.0000/MA

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Primeira Seção – Servidor público federal. Revisão geral de remuneração. Vantagem Pecuniária Individual. Irredutibilidade real. Princípio da isonomia, 35

Numeração única: 0004504-59.2007.4.01.4100

Embargos Infringentes 2007.41.00.004507-0/RO

Relator: Juiz Federal Cleberon José Rocha (convocado)

Primeira Seção – Alvará judicial. Resíduos de benefícios. Ausência de citação do INSS. Afronta ao art. 1.105 do CPC, 50

Numeração única: 0020052-52.2000.4.01.0000

Mandado de Segurança 2000.01.00.017048-3/MG

Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa

Segunda Seção – Desapropriação indireta. Terras indígenas, 52

Numeração única: 0043891-72.2001.4.01.0000

Embargos Infringentes em AC 2001.01.00.031009-2/MT

Relator: Desembargador Federal Ítalo Mendes

Segunda Seção – Ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Fase de cumprimento de sentença. Processamento. Juízo prolator da sentença, 66

Conflito de Competência 0025924-23.2015.4.01.0000/AM

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Terceira Seção – FGTS. Expurgos inflacionários. Rescisão do julgado. Rejulgamento. Deferimento de diferença. Sucumbência recíproca. Compensação de honorários, 68

Numeração única: 0004290-54.2004.4.01.0000

Ação Rescisória 2004.01.00.006315-4/MG

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Terceira Seção – Obrigação de retirada de embarcação naufragada. Ilegitimidade do Ministério Público Federal. Incompetência absoluta do juízo. Ilegitimidade passiva do adquirente da coisa. Ausência de responsabilidade, 73

Ação Rescisória 0018727-51.2014.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quarta Seção – Empréstimo compulsório sobre energia elétrica. Eletrobrás. Conversão dos créditos em ações. Diferença de correção monetária, 76

Ação Rescisória 0003092-35.2011.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Quarta Seção – CSLL. Compensação. Coisa julgada. Inconstitucionalidade da Lei 7.689/1998 reconhecida em anterior mandado de segurança, 86

Numeração única: 0004002-87.2001.4.01.3500

Embargos Infringentes 2001.35.00.004002-2/GO

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Primeira Turma – Servidor público federal. Demissão. Declaração de Imposto de Renda. Omissão de rendimentos para ocultação de ilícita acumulação de cargos públicos. Má-fé caracterizada. Falta disciplinar grave, 87

Apelação Cível 0045928-08.2011.4.01.3400/DF

Relatora: Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas

Primeira Turma – Pensão por morte. Membro de câmara municipal. Ausência da condição de segurado, 92

Numeração única: 0022186-85.2009.4.01.9199

Apelação/Reexame Necessário 2009.01.99.023339-0/MT

Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

Segunda Turma – Servidor público federal. Pensão por morte. União estável. Companheiro homossexual. Comprovação de requisitos, 94

Reexame Necessário 0009156-41.2010.4.01.3801/MG

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Segunda Turma – Aposentadoria por invalidez. Acréscimo de 25%. Comprovação de necessidade de assistência de terceiro na vida diária, 96

Apelação/Reexame Necessário 0005674-11.2012.4.01.3803/MG

Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa

Terceira Turma – Operação sanguessuga. Formação de quadrilha. Lavagem de dinheiro. Fraude à licitação. Ex-parlamentar, 99

Numeração única: 0013840-35.2007.4.01.3600

Apelação Criminal 2007.36.00.013840-1/MT

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Relatora p/ acórdão: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Terceira Turma – Reclamação trabalhista. Determinação judicial. Descumprimento. Ameaça à liberdade de locomoção não demonstrada, 114*Habeas Corpus* 0025148-23.2015.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal George Ribeiro da Silva (convocado)

Quarta Turma – Improbidade administrativa. Ministério da Saúde. Verba do SUS. Desvio de finalidade. Município em estado de emergência. Enchentes. Utilização da verba federal em atividades que deveriam ser custeadas com recursos da municipalidade, 117

Numeração única: 0000179-45.2010.4.01.4000

Apelação Cível 2009.40.00.009165-8/PI

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Quarta Turma – Levantamento fraudulento de precatório. Prejuízo suportado pela Caixa Econômica Federal, 124

Apelação Criminal 0002399-27.2011.4.01.3500/GO

Relator: Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado (convocado)

Quinta Turma – Área de Preservação Permanente. Suspensão de atividades agressoras ao meio ambiente. Cumulação de obrigação de fazer (reparação) e de não fazer (inibição de qualquer ação antrópica sem o regular licenciamento ambiental). Irretroatividade do novo Código Florestal, 130

Numeração única: 0001138-96.2008.4.01.3802

Apelação Cível na Ação Civil Pública 2008.38.02.001138-3/MG

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quinta Turma – Falecimento em acidente automobilístico ocorrido em rodovia federal, em decorrência da má sinalização da via. Omissão do Poder Público. Danos morais, 148

Apelação/Reexame Necessário 0002128-82.2011.4.01.3802/MG

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Sexta Turma – Dever da União e do Estado de fiscalização de fábrica de fogos de artifício. Danos materiais. Danos morais, 154

Numeração única: 0021826-72.2004.4.01.3300

Apelação/Reexame Necessário 2004.33.00.021829-9/BA

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Sexta Turma – Busca e apreensão de menor. Criança transferida ilicitamente para o Brasil. Convenção de Haia. Restituição ao país de moradia anterior, 163

Numeração única: 0019586-89.2009.4.01.3800

Apelação Cível 2009.38.00.020164-3/MG

Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

Sétima Turma – Repasse de verbas relativas ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Coeficiente. Levantamento populacional. Competências do IBGE e TCU, 169

Numeração única: 0005881-38.2006.4.01.3700

Apelação/Reexame Necessário 2006.37.00.006149-7/MA

Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Sumário

Sétima Turma – Ordem dos Advogados do Brasil. Processo administrativo disciplinar. Ausência de prestação de contas a cliente, 177

Numeração única: 0001287-03.2009.4.01.3400

Apelação Cível 2009.34.00.001289-0/DF

Relator: Desembargador Federal Hercules Fajoses

Oitava Turma – Tarifa de conexão. Utilização da estrutura aeroportuária. Remuneração. Sistema de rotas. Estratégia empresarial, 178

Apelação Cível 0034839-17.2013.4.01.3400/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Oitava Turma – Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – Tipi. Bebida láctea destinada à alimentação humana. Revisão do enquadramento fiscal da mercadoria pela Receita Federal, 181

Apelação Cível 0033557-46.2010.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Decisões Monocráticas

189

Indenização aos adquirentes de imóveis financiados com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Paralisação das obras, 189

Agravo de Instrumento 0044201-87.2015.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Fies. Disponibilidade orçamentária. Contratos novos, 191

Agravo de Instrumento 0045897-61.2015.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Suspensão de contratos administrativos. Aquisição dos capacetes balísticos, 197

Agravo de Instrumento 0045650-80.2015.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Analistas legislativos – atribuição médico. Cumprimento da jornada de trabalho de apenas 20 (vinte) horas semanais, 200

Agravo de Instrumento 0032265-65.2015.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas

Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Rondônia – Sinsempro. Reconhecimento do direito à transposição aos quadros federais. EC 60/2009. Pagamento dos valores retroativos, 202

Medida Cautelar Inominada 0042779-77.2015.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários. Reposição ao Erário de valores recebidos, 204

Medida Cautelar Inominada 0031818-77.2015.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Inscrição do impetrante na OAB-PA. Art. 30, I da Lei 8.906/1994, 208

Apelação/Reexame Necessário 0006128-54.2013.4.01.3900/PA

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Redução da jornada de trabalho para acompanhamento de filho menor, diagnosticado com autismo severo, 209

Agravo de Instrumento 0015667-36.2015.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Carlos Augusto Pires Brandão (convocado)

Recolhimento das contribuições previdenciárias – retenção de 11% sobre as notas fiscais emitidas. Isenção. Art. 31 da Lei 8.212/1991, 211

Agravo de Instrumento 0027489-22.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

SUS. Tratamento preparatório para a realização da cirurgia bariátrica, 214

Agravo de Instrumento 0022516-24.2015.4.01.0000/MT
Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Suspensão de ato administrativo. Pena de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública, 216

Agravo de Instrumento 0054083-73.2015.4.01.0000/BA
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Conselho de Defesa Econômica – Cade. Processo administrativo. Apuração da existência de cartel, 218

Agravo de Instrumento 0032996-61.2015.4.01.0000/DF
Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

Permuta de escritura para cartório extrajudicial. Irregularidade. Ausência de concurso público, 223

Agravo de Instrumento 0052724-88.2015.4.01.0000/AM
Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília – Sintfub. Movimento grevista. Determinação de desobstrução do acesso aos prédios da UnB. Cominação de multa diária, 226

Petição 0033740-56.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Aneel. Suspensão da exigência de aporte financeiro. Valores decorrentes de outras decisões judiciais, 227

Agravo de Instrumento 0047523-18.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

ONS. Aneel. Suspensão da exigibilidade da multa, independentemente do oferecimento de garantia. Impedimento da inscrição no cadastro de inadimplentes, 231

Agravo de Instrumento 0051382-42.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Preços máximos para os serviços de praticagem. Direito de negociar livremente a remuneração com os tomadores dos serviços, 233

Agravo de Instrumento 0048699-32.2015.4.01.0000/DF
Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

JEFs em Revista**237****Prescindibilidade de perícia judicial prévia para concessão de tutela antecipada em demandas versando sobre auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, 237**

Numeração única: 0064689-92.2008.4.01.3400
Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2008.34.00.922076-1
Relator: Juiz Federal Márcio Braga Magalhães

Resíduo de 3,17%. Reestruturação de carreira. Lei que não importou em reestruturação, 239

Numeração única: 0057803-75.2007.4.01.3800
Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2007.38.00.718743-3/MG
Relator: Juiz Federal Márcio Braga Magalhães

Apuração de infrações penais no âmbito do Senado Federal. Aproveitamento de perícia já realizada pelo Senado. Ato discricionário da autoridade policial federal.

Apropriação indébita. Depósito de bem fungível. Desaparecimento de grãos.

Desconto indevido de parcelas de pensão alimentícia. Responsabilidade objetiva do Estado. Dano moral.

Pensão por morte. Menor. Guarda de fato. Impossibilidade de concessão do benefício.

Execução de sentença. Honorários sucumbenciais. Direito exclusivo e autônomo do advogado (falecido) que atuou com exclusividade na fase de conhecimento. Transmissão aos sucessores/herdeiros.

Servidor público. Reajuste geral anual. Necessidade de lei específica de iniciativa do presidente da República. Indenização por omissão legislativa.

Evasão de divisas. Exportação de mercadorias. Ausência de comprovação de liquidação do contrato de câmbio. Ingresso das divisas em território nacional.

Passagem forçada. Situação de encravamento do imóvel.

Uso excessivo e imotivado de força policial. Comunidades quilombolas e segmentos da sociedade civil. Dano moral coletivo.

Recursos repassados pela Petrobrás a título de fundo especial. Incompetência do Tribunal de Contas da União para fiscalizar a aplicação dos recursos pagos ao município.

Aquisição internacional de equipamentos de informática. Responsabilidade do CNPq pelos prejuízos causados. Enriquecimento sem causa. Exigência de perícia contábil.

Ação civil pública. Concurso público. Reserva de vagas a candidatos portadores de necessidades especiais. Limites estabelecidos. Certame expirado. Compensação de reserva de vagas em concursos futuros.

Ação civil pública. Execução provisória de sentença. Prisão administrativa e deportação imediata de estrangeiro.

Direito de participação no recebimento de *royalties* marítimos.

Plano de saúde. Ressarcimento de gastos com medicamento de alto custo. Autogestão. Exclusão da cobertura.

Conselho Regional de Medicina. Fertilização *in vitro*. Planejamento familiar. Constituição Federal, art. 226, § 7º. Vedação à doação de óvulos por pessoa não anônima. Falta de regulamentação legislativa.

Serviço de telefonia fixa comutado. Bloqueio de terminal. Impossibilidade de cobrança de tarifa de assinatura básica. Ausência de serviço.

Concurso público. Retardo mental leve. Deficiência física caracterizada.

Ordem dos Advogados do Brasil. Quinto constitucional. Lista sêxtupla. Votação aberta. Vício na composição do conselho.

Ordem dos Advogados do Brasil. Exame de ordem. Membro da magistratura ou Ministério Público. Estrangeiro. Dispensa.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência

255

Instruções Editoriais

257